



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657



PROJETOS PEDAGÓGICOS: ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

DANIELLE MARIA DE SOUZA OLIVEIRA
MARIA DA CONCEIÇÃO VASCONCELOS GONÇALVES
MAYARA SANTOS OLIVEIRA

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

• INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste na apresentação dos resultados parciais da pesquisa intitulada “O Estágio Curricular Obrigatório: análise a partir dos projetos pedagógicos dos cursos presenciais de Serviço Social”, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Para esse artigo o foco da análise está centrado nos princípios que norteiam os projetos pedagógicos dos diferentes cursos de Serviço Social. Fez parte da proposta da pesquisa identificar os cursos presenciais de Serviço Social ofertados pelas instituições de ensino superior (IES) públicas do nordeste; detectar a estrutura dos projetos pedagógicos com ênfase nas diretrizes curriculares para os cursos da área.

No primeiro momento foi priorizada a pesquisa bibliográfica para uma aproximação com a temática, que permitiu uma reflexão e melhor compreensão acerca dos aspectos que envolvem os projetos pedagógicos, diretrizes curriculares e princípios. Esse momento abrangeu uma pesquisa nos sites das universidades públicas do nordeste objetivando um levantamento preliminar dos projetos pedagógicos dos cursos e de documentos relativos as diretrizes.

O artigo está dividido em três partes, além do resumo e desta introdução. A primeira trata da revisão da literatura que apresenta uma reflexão sobre o que as categorias básicas, Projeto Pedagógico, Diretrizes Curriculares e Princípios. Em seguida, é feita uma abordagem de parte dos resultados e discussões dos dados obtidos com a análise dos projetos pedagógicos dando destaque aos princípios. E, por último, são apresentadas as considerações finais.

• PROJETOS PEDAGÓGICOS, DIRETRIZES CURRICULARES E PRINCÍPIOS

O projeto político-pedagógico de uma instituição de ensino é fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É, antes de tudo, um processo educativo que exige comprometimento de todos os envolvidos, professores, equipe técnica, alunos, seus pais e a comunidade como um todo.

Essa prática de construção de um projeto deve estar amparada por concepções teóricas sólidas e supõe o aperfeiçoamento e a formação de seus agentes. Só assim serão rompidas as resistências em relação às novas práticas educativas. Os agentes educativos devem sentir-se atraídos por essa proposta, pois terão uma postura comprometida e responsável. Trata-se, portanto, da conquista coletiva de um espaço para o exercício da autonomia.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de um curso é um documento que imprime uma direção com especificidades e singularidades, apresentando de forma clara o funcionamento do curso, determinando suas prioridades, sua inserção no contexto social, econômico e acadêmico do país. É a partir dele que são estabelecidas as metas e estratégias concretas para assegurar a realização de seus objetivos perante a sociedade na qual o curso está inserido. O Projeto Político Pedagógico de um curso é um documento que imprime uma direção com especificidades.

Segundo Longhi e Bento (2006, p. 174)

A própria metodologia de construção do projeto – centrada em algumas pessoas que detêm o poder de comando da escola ou coletivo de forma que todos se sintam partícipes e responsáveis pelas decisões tomadas – é indício de posição político-ideológica. De acordo com a forma como procuramos conceituar a importância e relevância de um Projeto Político-Pedagógico, não caberia uma construção autoritária e hierárquica. Isso porque compreendemos a escola não como lugar somente de transmissão de conhecimento, e sim como lugar privilegiado para realizar um trabalho pedagógico muito mais amplo visando à formação integral dos cidadãos e buscando o exercício da cidadania por meio da participação e reflexão da realidade da comunidade escolar

É importante compreender o significado de Diretrizes Curriculares a partir da LDB 9394/96. As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (DCN) visam proporcionar às Instituições de Ensino Superior (IES) um direcionamento para a implantação e a implementação dos projetos político-pedagógicos. Não são fórmulas prontas, já que o contexto sócio-político-cultural que envolve cada IES fala mais alto e exige inovadoras formas de saber, fazer e ser. É importante salientar que as DCN do Curso de Graduação em Serviço Social homologadas pelo Ministério da Educação - MEC em 2001, foram aprovadas inicialmente, em 1996, no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, na época denominada Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS, e foram construídas de forma coletiva e participativa.

A análise de textos relacionados aos processos de elaboração de revisão curricular dos cursos de Serviço Social mostra que a elaboração da proposta pedagógica, que culminou nos currículos de 1982 e 1996, envolveu docentes, discentes e profissionais num processo coletivo desencadeado pela entidade citada acima responsável em articular nacionalmente a formação profissional do assistente social. Nesse sentido, cita-se como exemplo o documento “Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social” (1997, p.58) da ABESS/CEDEPSS, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996, que relata a realização de “aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais, nas 67 unidades acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e 2 (duas) nacionais”. Com esse breve resgate pretende-se situar a construção coletiva do projeto ético-político no âmbito do Serviço Social, a partir da década de 1980, com a participação ativa das organizações representativas dos profissionais, dos docentes e discentes, priorizando a teoria social de Marx. Esses processos coletivos de revisão curricular da formação profissional do assistente social foram essenciais para transformar a base teórica de fundamentação da formação. O currículo de 1982 é considerado pelos estudiosos da temática como sendo o currículo de ruptura com as bases teóricas alicerçadas na doutrina social da igreja e no pensamento do positivismo.

Convém salientar que, paralelo a esse processo coletivo ocorrido no âmbito do Serviço Social, a sociedade brasileira vivenciava as lutas e movimentos da sociedade organizada, em prol da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases. A LDB 9394/96 deixa evidenciado a importância das diretrizes curriculares para nortear os projetos pedagógicos de todo e qualquer curso independente de estar vinculado à educação infantil, básica e/ou superior.

Houve uma luta da ABEPSS para garantir junto ao MEC a proposta original aprovada na instância de formação profissional da categoria. Os impasses, desafios e avanços para a legalização perante o Ministério, são analisados por distintos autores, entre eles Ortiz (2013, p. 14) que diz:

A então detalhada proposta de diretrizes curriculares, discutida e aprovadas coletivamente em Assembleia Extraordinária da Abepss em 1996 após inúmeras oficinas locais, regionais e debates em oficina nacional (KOIKE, 1996), foi duramente esvaziada pelo MEC, que lhe excluiu aspectos estratégicos e decisivos para a articulação das diversas dimensões do Serviço Social (teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa), tendendo a fragilizar o projeto de formação profissional para a nossa área e sua orgânica relação com o projeto ético-político profissional.

As Diretrizes Curriculares buscam guiar a formulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social. Porém a partir do momento em que a sua formalização pelo MEC não correspondeu a proposta original apresentada pela ABEPSS ela passou a constituir-se um desafio para as Unidades de Formação acadêmicas – UFAS.

Apresenta-se como um desafio para os assistentes sociais, manter uma formação de qualidade para os egressos, obter um exercício profissional onde o assistente social tenha condições de atender a toda sociedade de forma ética e visando sempre os direitos dos cidadãos como preconiza os princípios presentes nas diretrizes curriculares, e obter uma criticidade diante da conjuntura neoliberal que provoca o aligeiramento e mercantilização da educação, em vigor no Brasil, a partir da década de 1990.

Para Silva (2010) é importante ressaltar a articulação da dinâmica da educação ao interesse do capital, pois foi a partir de 1990 que a educação superior foi apropriada pelo mercado enquanto serviço.

O que percebemos nesse debate é que o modelo de 'universalização' ao ensino superior, imposto pela lógica monopolista, não é algo que represente um obstáculo ao seu desenvolvimento, porque a educação é incorporada aos negócios da burguesia como estratégia de valorização do capital, além de promover um adestramento social em relação aos princípios consumistas do mercado a partir de uma formação desqualificada, pois 'sob a ótica econômica a tendência é um barateamento da força de trabalho e a criação de um corpo coletivo de trabalhadores nivelados por baixo' (FRIGOTTO, 1984, p. 163 apud SILVA, 2010, p. 415-416).

Com isso observa-se uma prioridade com a questão da quantidade de pessoas inseridas no ensino superior, sem investir em uma formação de qualidade, pois, o que interessa é o aligeiramento dos cursos e a mercantilização da educação.

Convém ressaltar que mesmo ocorrendo alterações no texto original da ABEPSS, pode-se dizer que as diretrizes curriculares aprovadas através dos pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Ensino Superior (CES) - CNE/ CES 492/2001 e 1.363/2001- apresentam avanços em relação aos conteúdos e lógica do currículo mínimo de 1982. Segundo a Resolução Nº 15, do MEC, datada de 13 de março de 2002, que trata das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, é recomendado em relação à formação do egresso/ profissional um:

- Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando respostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

A ABEPSS ressalta no seu documento a importância dos projetos pedagógicos de cada UFAS serem norteados por princípios definidos coletivamente quando diz:

Conjunto de diretrizes que estabelecem uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu Currículo Pleno. Aquela base está pautada por um projeto de formação profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 80 e 90, sob a coordenação da ABESS.

As Diretrizes Curriculares abrangem princípios; competências e habilidades, nova lógica curricular, porém no presente artigo vai ser analisados apenas o item que corresponde princípios.

• ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS: DADOS DA PESQUISA

Para o Serviço Social brasileiro, a formação profissional sempre se caracterizou como uma preocupação, no que se refere, a garantia de requisitos basilares que garantam subsídios ao desenvolvimento das competências profissionais de maneira plena.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) se colocam como uma importante ferramenta na busca da excelência dos cursos de graduação ao passo que norteia as Instituições de Ensino Superior (IES) na construção de seus projetos políticos pedagógicos. As Diretrizes Curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996, trouxe várias mudanças para o curso de Serviço Social, entre elas um conjunto de competências e habilidades como também a indicação de um determinado perfil profissional pretendido na formação.

Em 2001, o MEC aprova as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social com alterações significativas da proposta original trabalhada coletivamente pela ABEPSS. Em decorrência desse aspecto é frequente encontrar em alguns textos da área, o uso de Diretrizes da ABEPSS e Diretrizes do MEC para denotar a distinção entre as mesmas.

Nesse sentido, nesse subitem serão feitos alguns comentários acerca dos princípios da formação profissional, abordados nas DC da ABEPSS e do MEC fazendo uma articulação com os dados extraídos da pesquisa PIBIC relacionados a esse item.

Os princípios da formação profissional apresentam uma base comum para todos os cursos da graduação de Serviço Social. Os princípios apresentados pela ABEPSS versam acerca dos seguintes itens:

Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio e atividades complementares; Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais os profissionais se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões e universalidade, particularidade e singularidade; Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade; Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão; Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais; Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional, E por fim, Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.61).

Diante do exposto vê-se princípios cuidadosamente elaborados, que traziam inúmeros ganhos para a formação profissional. Exemplo disso é a incorporação da teoria social crítica, entendendo o Serviço Social como uma totalidade com determinantes históricos. Como ressalta Ortiz (2013, p. 14) quando diz:

[...] As diretrizes curriculares aprovadas pela Abepss em 1996, sustentam-se nos aportes da Teoria Social Crítica (esta apoiada no pensamento marxiano) e indicam que a formação profissional deve considerar o Serviço Social como uma totalidade e, neste sentido, determinado historicamente e atravessado por múltiplas determinações de natureza econômica, político, cultural e ideológica. [...].

Contudo, a análise das diretrizes do MEC possibilita a constatação de alterações no texto e supressões gravíssimas feitas em conteúdos centrais das diretrizes anteriormente apresentadas. Alguns desses princípios foram excluídos das DC do MEC, dentre esses, o item que versa sobre a teoria social crítica que proporcionaria um maior embasamento acerca da realidade social e da questão social, com ênfase na compreensão das relações sociais antagônicas. Por conseguinte, o item que trata sobre a ética também foi suprimido deixando de lado a transversalidade do debate para toda a formação. Ainda observa-se que o princípio que faz referência a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão foi extinto restringindo a graduação ao ensino e colocando em cheque as atividades complementares necessárias a uma formação ampla.

A pesquisa que está subsidiando esse artigo fez a análise dos projetos pedagógicos de 10 cursos das seguintes instituições públicas sediadas no nordeste. São elas, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – campus A. C. Simões, Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – campus Palmeira dos Índios, Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Ceará (UEC), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Através da análise foi possível observar como as diretrizes curriculares foram expostas em cada projeto pedagógico e especificamente, para esse trabalho, serão apresentados os dados referentes aos princípios da formação profissional.

A análise dos dados mostra que as IES incorporaram as diretrizes curriculares estabelecidas pela ABEPSS. Contudo, a forma como os princípios estão apresentados nos projetos pedagógicos é diferenciada. Isto é, algumas designam um item específico intitulado princípios, outras instituições tais como, as UFRB e UFAL - campus Palmeira dos Índios não disponibilizam em seus projetos pedagógicos o item princípios. UEC os princípios aparecem de maneira geral de acordo com os estabelecidos pela ABEPSS e MEC com liberdade para mudanças no texto e acréscimo de item. A UERN traz os princípios em texto corrido e apresenta pontos centrais embasados na DC da ABEPSS como os itens que denominam de: princípio da criticidade, princípio do pluralismo, princípio da interdisciplinaridade, princípio da indissociabilidade entre o ensino pesquisa e extensão. Já a UFPI apresenta suas DC nos três núcleos que fundamentam a formação profissional: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos a Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

O princípio da flexibilidade da organização curricular está presente na maioria das instituições UFRN, UFS, UFAL/ Maceió, UFAL/ Palmeira dos Índios, UFPb assim como o do “rigor no trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social”. Relevante foi observar que se encontram nos projetos pedagógicos desses cursos presenças e públicos de Serviço Social a confirmação dos princípios das DC da ABEPSS que foram suprimidos pelo MEC tais como, “adoção de uma teoria crítica que possibilita a apreensão da totalidade social em suas dimensões de

universalidade, particularidade e singularidades”, o “exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional” e a “compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta o processo de construção da pesquisa trazendo elementos de fundamentação teórica e a sistematização dos dados obtidos na primeira fase da análise.

A base teórica utilizada nos ajudou a entender a estrutura de como é constituído um Projeto Político Pedagógico dos cursos de Serviço Social no nordeste, mostrando a importância de que cada unidade de ensino formule seu projeto pedagógico de acordo com suas necessidades, contextos culturais e sociais.

O artigo mostra a importância das Diretrizes Curriculares dando ênfase aos princípios que norteiam os profissionais em Serviço Social, abordando os desafios que a categoria teve e tem que enfrentar diante da formalização do Ministério da Educação.

Constata-se que a maioria dos cursos adotou os princípios segundo as DC da ABEPSS. Há, no entanto, autonomia de apresentá-los em itens distintos no projeto pedagógico.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS, “Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social” in **Cadernos ABESS**, nº 7. São Paulo, Cortez. 1997.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 22 junho, 2015.

_____.MEC. **Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:<<http://www.mec.gov.br>>.Acesso em 18 de junho de 2015.

BENTO, Karla Lucia. LONGHI, Simone Raquel Pagel. Projeto Político Pedagógico Uma Construção Coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, Vol. 3 n. 9 - jul.- dez. 2006.

ORTIZ, Fátima Grave. **Notas sobre diretrizes curriculares: Avanços, impasses e desafios**. Temas Contemporâneos: o serviço social em foco, 1ª ed - São Paulo. 2013.

SILVA, Ricardo Silvestre da. A formação profissional crítica em serviço social inserida na ordem do capital monopolista. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez,nº 103, p. 405-432, jul./set. 2010.

Graduanda em Serviço Social pela Universidade federal de Sergipe. Aluna do DSS/UFS, bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET – Inserção na pesquisa em 2014.Telefone: (79) 9926-5033. Email: dnl.oliveira@hotmail.com

Assistente Social, Professora vinculada ao Departamento de Serviço Social da Universidade federal de Sergipe. Telefone: (79)8842-1013. Email: licasconcelos@gmail.com

Graduanda em Serviço social pela Universidade Federal de Sergipe. Aluna do DSS/UFS, bolsista CNPQ. Telefone: (79)9942-9068. Email: Mayara.sanoli@yahoo.com.br

Recebido em: 27/06/2015

Aprovado em: 28/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: